



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

**1 - INTRODUÇÃO**

**1.1** - O Estudo Técnico Preliminar (ETP), previsto no art. 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133/2021, configura-se como o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação pública. Tem por finalidade caracterizar o interesse público subjacente à demanda, identificar alternativas de solução, avaliar sua viabilidade e fundamentar a instrução do processo, servindo de base para elaboração do anteprojeto, termo de referência ou projeto básico, conforme o caso.

**1.2** - O ETP é parte integrante do macroprocesso de planejamento da contratação institucional e observa integralmente os requisitos estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, em especial quanto à demonstração da necessidade, compatibilidade com o Plano de Contratações Anual (PCA), avaliação de riscos, análise de mercado e definição de critérios de sustentabilidade aplicáveis.

**1.3** - O presente estudo tem como escopo avaliar a melhor solução técnica, jurídica e economicamente viável para a contratação de empresa especializada, legalmente habilitada, para elaboração do projeto executivo e a execução da reforma e ampliação da Inspeção do Crea-GO, localizada em Jataí – GO.

**2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**2.1** - A necessidade consiste na contratação de empresa especializada legalmente habilitada para elaboração de projeto executivo, contemplando pranchas estrutural, hidrossanitária e elétrica, e execução de reforma e ampliação da Inspeção do Crea-GO, situada na cidade de Jataí.

**2.2** - A Inspeção é um órgão executivo da estrutura básica do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás, correspondente a uma extensão técnico-administrativa e de representação institucional do Crea-GO, no município de Jataí. Tem por finalidade fiscalizar o exercício das profissões abrangidas pelo sistema Confea/Crea, contribuindo para o aprimoramento do exercício profissional e para a defesa da sociedade.

**2.3** - Esta Inspeção não foi incluída no quadro de reformas de 2024, e, conforme vistorias, foi constatada a necessidade de execução de reforma contemplando serviços de manutenção da cobertura, substituição de lâmpadas fluorescentes por LED, substituição dos aparelhos de ar-condicionado.

**2.4** - Além das necessidades diagnosticadas para adequação da unidade conforme as demais é necessário a ampliação da unidade criando de novos ambientes como sala para profissionais, sala de reuniões, auditório, área de lazer com sanitários e sanitário acessível, em conformidade com as normas de acessibilidade vigentes. Diante desse cenário, optou-se pela reforma e ampliação da unidade.

**2.5** - Para subsidiar o Edital, será disponibilizado o **projeto básico**. O projeto apresenta as disposições dos ambientes, esquadrias e instalações de aparelhos, contudo, não contempla os detalhamentos estruturais, hidrossanitários ou elétricos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**2.6** - A definição de **projeto executivo** encontra-se no art. 6º, XXVI, Lei nº 14.133/2021, sendo “conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com normas técnicas pertinentes”. Dessa forma, sua elaboração é etapa obrigatória anterior à reforma e ampliação e deverá ser submetida à aprovação da fiscalização do contrato. O projeto executivo deve contemplar pranchas estrutural, hidrossanitária e elétrica com todos os detalhes necessários para a execução.

**2.7** - A contratação deverá prever fornecimento pela Contratada de todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à reforma e ampliação, como também da mão de obra para execução dos serviços, incluídos os aparelhos de ar-condicionado a serem substituídos na edificação existente e os novos equipamentos a serem instalados nos ambientes decorrentes da ampliação.

**2.8** - A necessidade caracterizada é pública, urgente, específica e tecnicamente mensurável, atendendo ao interesse institucional e aos princípios da eficiência, sustentabilidade, legalidade e planejamento, nos termos dos arts. 5º, 11 e 25 da Lei nº 14.133/2021.

### 3 - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

**3.1** - A contratação proposta consta no Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de **2026**, sob o 389422-87/2026 (DFD 5/2026), no valor estimado de **R\$ 894.033,85 (oitocentos e noventa e quatro mil, trinta e três reais e oitenta e cinco centavos)**.

### 4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**4.1** - Para assegurar pleno conhecimento das condições locais e adequada formulação da proposta, será facultada às licitantes a realização de vistoria técnica no local de execução dos serviços, acompanhada por Fiscal do Contrato designado pela Contratante.

**4.1.1** - A vistoria deverá ser agendada previamente junto à **Coordenadoria de Gestão e Manutenção Predial** do Crea-GO pelo telefone (62) 3221-6245, no horário de 08 h às 11 h ou de 14 h às 16 h, em dias úteis, durante a vigência do prazo de vistoria;

**4.1.2** - O prazo para realização da vistoria começará no primeiro dia útil subsequente à publicação do Edital e se estenderá até o penúltimo dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública;

**4.1.3** - A licitante ou representante legal deverá apresentar-se devidamente identificado, portando documento oficial de identidade e documento emitido pela empresa que comprove sua habilitação para realizar a vistoria;

**4.1.4** - A vistoria é facultativa, e sua não realização não poderá servir de fundamento para impugnações técnicas, alegações de omissão, pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro ou divergências de projeto ou valores; a licitante assume **total responsabilidade** pela decisão de não vistoriar;

**4.1.5** - Na hipótese de não vistoria, a licitante poderá apresentar Declaração de Dispensa de Vistoria, assinada por responsável técnico habilitado, atestando expressamente que possui pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da execução do objeto, assumindo **inteira responsabilidade**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

técnica e contratual por essa decisão.

**4.2 - É vedada a participação de cooperativas**, tendo em vista que o objeto exige coordenação técnica unificada, comando e responsabilização diretas, imposições incompatíveis com a organização rotativa e autônoma das cooperativas.

**4.3 - É vedada a participação de consórcios**, tendo em vista que o objeto contratado é indivisível em sua natureza operacional e requer responsabilização direta e unitária, cuja fragmentação comprometeria a gestão contratual, padronização da execução e controle de resultados, em afronta aos princípios da eficiência e da responsabilização objetiva previstos na Lei nº 14.133/2021.

**4.4 - É admitida subcontratação parcial** de até **30 % (trinta por cento)** do valor contratual, desde que previamente autorizada pela Contratante e restrita a atividades de apoio, complementares ou acessórias, que não envolvam a supervisão técnica, o controle da execução, a articulação com a Contratante ou cumprimento de obrigações principais do contrato. A Contratada permanecerá integralmente responsável, de forma objetiva e direta, pela totalidade da execução, inclusive pelas atividades subcontratadas.

**4.4.1** - Em contratos de obras e serviços de engenharia, a subcontratação só será autorizada para empresas que aceitem formalmente todas as obrigações contratuais, inclusive trabalhistas, conforme IN SEGES/MP nº 6/2018; **é vedada a subcontratação integral do objeto.**

**4.4.2** - A Contratada supervisionará diretamente atividades subcontratadas e responderá integralmente por eventuais inadimplementos, mantendo isenção da Contratante quanto à responsabilização por quaisquer condutas da subcontratada.

## 5 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

**5.1** - A estimativa das quantidades necessárias para a contratação foi elaborada com base no **Projeto Básico** anexo, considerando a área total de intervenção de 343,98 m<sup>2</sup>, sendo 152,85 m<sup>2</sup> de reforma e 191,13 m<sup>2</sup> de ampliação, correspondente a Casa da Engenharia, localizado no município de Jataí-GO.

**5.2** - A formação da estimativa orçamentária seguiu metodologia híbrida, fundamentada em composições de preços unitários obtidas de fontes públicas oficiais e levantamento mercadológico:

**5.2.1** - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, com referência de fevereiro/2026, aplicada com a tabela sem desoneração dos encargos sociais;

**5.2.2** - Tabelas da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA, com referência de dezembro/2025, aplicada com a tabela sem desoneração dos encargos sociais;

**5.2.3** - Tabela do Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe – ORSE, com referência setembro/2025.

**5.2.4** - Pesquisa mercadológica, realizada por cotações formais em março/2026, cujos registros encontram-se arquivados nos autos do processo administrativo;

**5.2.5** - Composições próprias de custos, elaboradas exclusivamente para itens não contemplados nas bases referenciais citadas, observando critérios de coerência técnica, razoabilidade de preços, compatibilidade com as normas da ABNT e as boas práticas da engenharia, tendo como base as tabelas oficiais SINAPI, GOINFRA e ORSE.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

5.3 - As composições de custos foram aplicadas observando princípios da compatibilidade, suficiência, legalidade e economicidade, estando devidamente justificadas na planilha orçamentária detalhada anexa ao Estudo Técnico Preliminar, em conformidade com o art. 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133/2021; o art. 9º, incisos V e VI, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022; e diretrizes de planejamento estabelecidas nos manuais e orientações do Tribunal de Contas da União.

5.4 - Após análise técnica, não foram identificadas contratações interdependentes, complementares ou sobrepostas que influenciem a execução do objeto. Não foram detectadas oportunidades de ganhos de escala por meio de agrupamento de demandas, tampouco sobreposição física ou orçamentária com outras ações de engenharia previstas para o mesmo imóvel.

**6 - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

6.1 - O levantamento de mercado foi conduzido com base em estimativas técnicas estruturadas a partir de composições referenciais públicas de preços unitários, extraídas das seguintes fontes: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI (referência fevereiro/2026), tabelas da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA (referência dezembro/2025), tabelas do Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe – ORSE (referência setembro/2025) e pesquisa de preços junto ao mercado local, realizada por meio de cotações de março/2026.

6.2 - A análise comparativa entre alternativas de atendimento da necessidade revelou a inviabilidade técnica, econômica e jurídica da execução direta pela Administração, diante da ausência de estrutura organizacional própria para realizar obras civis de porte médio, notadamente pela carência de equipe técnica especializada, equipamentos específicos, insumos, logística e capacidade operacional compatível à complexidade do objeto. A tentativa de execução direta, além de antieconômica, exporia a Administração a riscos de ineficiência, atraso e responsabilização por falhas na execução.

6.3 - Dentre as alternativas examinadas no planejamento, a contratação por licitação revelou-se adequada, sob os aspectos técnico, jurídico e econômico, considerando: (i) exigência de profissional habilitado com registro no Crea e emissão de ART; (ii) cumprimento da legislação urbanística e ambiental municipal; (iii) necessidade de gestão adequada dos resíduos da construção civil, nos termos da Resolução CONAMA 307/2002 e Lei 12.305/2010; e (iv) necessidade de cumprimento rigoroso de cronograma físico-financeiro, em razão dos impactos operacionais da intervenção na edificação da Inspeção do Crea-GO em Jataí, que permanecerá em funcionamento durante a obra.

6.4 - Diante dos elementos avaliados e da maturidade do processo de planejamento, a contratação de empresa privada especializada, por meio de licitação pública, foi eleita como a solução final, conforme art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e art. 9º, inciso III, da IN SEGES/ME nº 58/2022, por assegurar atendimento ao interesse público, à economicidade, à segurança técnica da execução, à mitigação de riscos operacionais e à conformidade com o regime jurídico aplicável às contratações públicas.

**7 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

7.1 - A estimativa do valor da presente contratação foi realizada com base na composição detalhada dos







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

serviços constantes do **Projeto Básico**, elaborada pela **Coordenadoria de Gestão e Manutenção Predial**, com suporte da área técnica de engenharia, considerando quantitativos definidos no levantamento físico do imóvel e preços unitários referenciais obtidos nas seguintes bases oficiais:

- 7.1.1 - SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (fevereiro/2026), sem desoneração;
- 7.1.2 - GOINFRA – Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (dezembro/2025), sem desoneração;
- 7.1.3 - ORSE – Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe (setembro/2025)
- 7.1.4 - Orçamentos (março/2026).

7.2 - O valor global estimado é de R\$ **894.033,85 (oitocentos e noventa e quatro mil, trinta e três reais e oitenta e cinco centavos)**, conforme planilha orçamentária analítica, que reflete custos previstos para o atendimento integral do objeto.

7.3 - A memória de cálculo orçamentária contendo composições unitárias, coeficientes técnicos, encargos sociais aplicados, justificativas técnicas e demais elementos metodológicos se encontra anexa a este Estudo Técnico Preliminar, em atendimento ao disposto nos artigos 23 e 24 da Lei nº 14.133/2021.

## 8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO

8.1 - A solução adotada compreende a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia, contemplando elaboração de projeto executivo e execução da reforma e ampliação da Inspeção do Crea-GO, situada à Alameda Rio Claro, nº 123, Quadra 4, Lote 24, Conjunto Rio Claro, Jataí, Goiás.

8.2 - A presente contratação representa a alternativa técnica, jurídica e economicamente mais vantajosa para a Administração, sendo resultado de processo prévio de planejamento institucional, oficializado por meio do Documento de Oficialização da Demanda (DOD), fundamentado neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) e compatível com a previsão orçamentária aprovada no Plano Anual de Contratações.

8.3 - Trata-se de contratação que envolve, de forma integrada, (i) serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, consistente na elaboração de projeto executivo, na forma do art. 6º, inciso XVIII, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, e (ii) obra de engenharia, consistente na reforma e ampliação de edificação, nos termos do art. 6º, inciso XII, da mesma Lei, não se enquadrando, em seu conjunto, como serviço comum de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do referido artigo.

8.4 - A licitação será realizada na modalidade **Concorrência**, em formato eletrônico, com fundamento no art. 28, inciso I, combinado com o art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento de maior desconto (art. 33, inciso II), por se tratar de escopo economicamente e tecnicamente mensurável, apto a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, observado, ainda, o disposto no art. 29, parágrafo único, da mesma Lei, que afasta o uso do pregão nas contratações de obras e serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

8.5 - A execução do objeto será acompanhada por servidor designado como agente público responsável, que atuará com base no plano de fiscalização técnica, emitirá boletins de medição e atestará o



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

cumprimento dos serviços pactuados. A Contratada deverá emitir ART específica para o serviço e obedecer integralmente às normas técnicas de engenharia, segurança do trabalho, acessibilidade e proteção ambiental.

**8.6** - O pagamento será realizado de forma parcelada, por etapa efetivamente executada, com base em boletins de medição aprovados e atestados pela unidade técnica responsável, e estará condicionado à apresentação dos documentos fiscais regulares, da comprovação da regularidade trabalhista e previdenciária e do aceite definitivo da etapa. A liquidação se dará após conferência contábil, com pagamento em até **30 (trinta) dias** contados do recebimento definitivo e do aceite da etapa pela fiscalização contratual, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021 e das normas internas do Crea-GO.

**9 - JUSTIFICATIVA PARA O NÃO-PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

**9.1** - A contratação refere-se à elaboração do projeto executivo e à execução, de forma integrada, de obra de reforma e ampliação da Inspetoria, cujo escopo está tecnicamente estruturado de forma unitária, interdependente e funcionalmente integrada, o que inviabiliza sua divisão em parcelas ou lotes distintos.

**9.2** - A separação do objeto comprometeria a padronização dos materiais, o cronograma físico-financeiro, a responsabilidade técnica unificada e a coerência da execução, além de aumentar os custos administrativos e os riscos operacionais. A contratação única permite maior controle da execução, racionalidade na gestão contratual e obtenção de ganho de escala, promovendo a economicidade, a eficiência e o interesse público.

**9.3** - Dessa forma, a opção pelo não-parcelamento encontra respaldo no disposto no art. 40, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, e está devidamente justificada com base na natureza técnica integrada do objeto (projeto executivo + obra), na economicidade da execução unificada e na segurança jurídica da contratação, conforme elementos constantes do Projeto Básico e do Termo de Referência.

**10 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**10.1** - A contratação da presente obra visa proporcionar uma solução técnica estruturante à necessidade identificada no imóvel institucional do Crea-GO situado no município de Jataí-GO, conforme análise técnica desenvolvida pela área demandante, diagnóstico da situação atual e manifestação da unidade de engenharia.

**10.2** - Com a execução da solução, almeja-se alcançar os seguintes resultados estratégicos operacionais, institucionais e sociais:

**10.2.1** - Ampliar a utilização das instalações pelos profissionais, com a construção de sala para os profissionais, sala de reuniões e auditório;

**10.2.2** - Proporcionar estrutura adequada para o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro conforme previsto no parágrafo único do art. 36 da Lei Federal 5194/66;

**10.2.3** - Disponibilizar espaço físico, quando possível, para a sociedade organizada, para reuniões, eventos técnicos e ações profissionais de inscritos no sistema Confea/Crea conforme previsto no inciso VII do artigo 122 do regimento interno;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**10.2.4** - Adequação da edificação às normas de acessibilidade, mediante a execução de sanitário adaptado para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

**10.2.5** - Valorização arquitetônica e funcional do imóvel público, por meio da pintura da fachada, substituição dos mastros danificados, implantação de iluminação na fachada e nas bandeiras que serão hasteadas, bem como da adequação de demais elementos que comprometam a estética institucional, promovendo imagem de modernidade e zelo patrimonial;

**10.2.6** - Disponibilização plena da unidade para atendimento institucional ao público, com segurança jurídica, acessibilidade física e estrutura predial condizente com a função estratégica da unidade regional. Ao viabilizar a ocupação e funcionamento regular da sede de Jataí, a Administração alcançará o resultado de expansão efetiva de sua presença territorial, com melhores condições de suporte aos profissionais registrados, entidades da área tecnológica, fiscalização profissional e ações de educação, orientação técnica e cidadania.

**10.2.7** - Garantia da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, pela contratação de uma solução única, de execução direta e definitiva, com entrega de objeto integral em condições de pleno uso. A contratação resultará na eliminação de gastos fragmentados, retrabalho e riscos operacionais, assegurando resultado mensurável e permanente à sociedade e aos profissionais da engenharia da região.

**11 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

**11.1** - Em atendimento ao disposto no art. 9º, inciso XI, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, informa-se que não se identificam, até a presente data, providências extraordinárias ou condicionantes institucionais específicas a serem adotadas previamente à celebração do contrato, tendo em vista que:

**11.1.1** - A Administração já possui sob sua guarda projeto básico elaborado e aprovado, bem como os demais documentos técnicos necessários à instrução da contratação;

**11.1.2** - As unidades administrativas responsáveis pela gestão, fiscalização e apoio técnico à execução contratual foram previamente envolvidas no planejamento e encontram-se em plenas condições operacionais para acompanhamento do futuro contrato;

**11.1.3** - O imóvel a ser objeto da intervenção encontra-se regularizado e disponível, sem necessidade de obtenção de licenças adicionais ou desmobilização de usuários;

**11.1.4** - A contratação foi formalmente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de **2026**, inserida na Lei Orçamentária vigente e possui dotação específica alocada para seu custeio.

**11.1.5** - Diante disso, não se fazem necessárias medidas prévias de mitigação, autorização especial ou preparação complementar, podendo o contrato ser celebrado regularmente após cumpridas as etapas licitatórias, emissão da ordem de serviço e designação dos responsáveis pela fiscalização.

**12 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**12.1** - Não se verifica correlação técnica direta com aquisições ou serviços complementares anteriores ou paralelos. Os serviços previstos (elaboração do projeto executivo, reforma e ampliação) não possuem



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

vínculo funcional ou cronológico com outras frentes de obra, reformas ou aquisições conduzidas pela unidade gestora, seja na Inspetoria de Jataí ou em outras localidades do Crea-GO. A contratação proposta refere-se à execução direta de obra de engenharia, precedida de elaboração de projeto executivo, com escopo autônomo, solução técnica definitiva e objeto plenamente independente, cuja realização não depende da existência ou conclusão de quaisquer contratos vigentes ou futuros.

**12.2** - Ressalta-se que conforme consulta aos registros da área de planejamento, não constam outras contratações programadas ou em curso que guardem relação técnica, operacional ou orçamentária direta com a execução ora pretendida, de modo que a contratação se apresenta isolada, estanque e autossuficiente, não gerando dependência contratual nem exigindo articulação com outras ações administrativas do Crea-GO.

**13 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

**13.1** - A presente contratação observará critérios mínimos de sustentabilidade, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), do Decreto nº 7.746/2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010 e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU. Considerando haver a possibilidade de intervenções como demolição, remoção de resíduos e reconstrução eventual, deverão ser atendidos, no mínimo, os requisitos:

**13.1.1** - Utilização preferencial de materiais recicláveis, reciclados ou de baixo impacto ambiental;

**13.1.2** - Gestão e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, com apresentação do Controle de Transporte de Resíduos (CTR);

**13.1.3** - Garantia de acessibilidade universal, conforme as normas da ABNT NBR 9050 e NBR 16537;

**13.1.4** - Mitigação de ruído, poeira e vibrações, conforme normas ambientais e urbanísticas locais;

**13.1.5** - Vedação ao uso de materiais proibidos por norma ambiental ou sanitária;

**13.1.6** - Estímulo à eficiência energética e ao uso racional de recursos naturais.

**13.2** - A Contratada deverá observar, ainda, os critérios operacionais mínimos de sustentabilidade:

**13.2.1** - Apresentar e executar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção (PGRCC), com classificação e destinação conforme a Resolução CONAMA nº 307/2002 e a Lei nº 12.305/2010;

**13.2.2** - Materiais e insumos com menor impacto ambiental, preferencialmente com certificações como ISO 14001, FSC, selo verde ou equivalente;

**13.2.3** - Empregar, no canteiro de obras, medidas de racionalização do consumo de água e energia;

**13.2.4** - Adotar controle efetivo da poluição sonora e da emissão de partículas, em conformidade com as normas técnicas da ABNT e regulamentos locais;

**13.2.5** - Priorizar aquisição de insumos e materiais de fornecedores locais, visando reduzir a pegada de carbono no transporte.

**13.3** - A comprovação do atendimento aos critérios estabelecidos nesta cláusula será exigida mediante:





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**13.3.1** - Apresentação de certificados, declarações técnicas ou documentos equivalentes, emitidos por entidade certificadora reconhecida ou profissional legalmente habilitado;

**13.3.2** - Inclusão, na fase de execução, de evidências documentais e fotográficas que demonstrem correta segregação dos resíduos, cumprimento das exigências e práticas ambientais previstas;

**13.3.3** - Observância expressa ao art. 45, Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, à utilização de produtos que favoreçam eficiência energética e à avaliação de impacto de vizinhança.

**13.4** - A responsabilidade ambiental da Contratada é objetiva, conforme art. 45 da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 6.938/1981. Independentemente de culpa, eventuais danos causados à Administração, a terceiros ou ao meio ambiente, deverão ser integralmente reparados às custas da Contratada.

**14 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**14.1** - Após análise técnica das justificativas apresentadas, da descrição da necessidade institucional, dos parâmetros legais aplicáveis e da existência de previsão orçamentária no Plano de Contratações Anual (PCA), conclui-se pela viabilidade e oportunidade da contratação, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 9º, inciso XIII, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022.

**14.2** - A solução mostra-se tecnicamente adequada, legalmente possível, economicamente justificada e aderente ao planejamento institucional, configurando a melhor alternativa para atendimento da demanda identificada, conforme registrado nas etapas precedentes deste Estudo Técnico Preliminar.

**14.3** - Diante do exposto, recomenda-se a contratação de empresa especializada, legalmente habilitada, para elaboração do projeto executivo e execução da reforma e ampliação da Inspetoria do Crea-GO, em Jataí-GO, com serviços complementares necessários ao funcionamento da unidade, conforme escopo do Projeto Básico, Termo de Referência e demais documentos técnicos instrutórios.

**15 - RESPONSÁVEIS**

**15.1** - Este Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pela Engenheira Civil **Maria Laura Santana Araujo de Lima**, Crea nº 1020617489/D-GO, lotada na **Coordenadoria de Gestão e Manutenção Predial**, matrícula nº 1286.

29 de abril de 2026.

Eng. Civ. Maria Laura Santana Araujo de Lima  
Crea 1020617489/D-GO – Mat. 1286

Coordenadoria de Gestão e Manutenção Predial

